

# AD MI NIS TRA ÇÃO:

4

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021

# AD MI NIS TRA ÇÃO:

4

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Administração: estudos organizacionais e sociedade 4

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: estudos organizacionais e sociedade 4 /  
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-660-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.604210311>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins  
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

O contexto de crescente fluidez e complexidade da realidade faz emergir novos desafios, problemas à humanidade, razão pela qual são demandadas novas agendas temáticas, lógicas e discursivas para se refletir como o campo científico pode explicar e responder positivamente às Organizações e à Sociedade.

Partindo deste contexto corrente de fluidez e complexidade, o objetivo desta obra é ampliar os debates temáticos com um enfoque pluralístico, fundamentando-se em um trabalho coletivo de autores que valorizam em suas pesquisas a riqueza empírica da realidade de um conjunto de estudos de caso.

Partindo da centralidade que o pensamento administrativo e estratégico possui no dia-a-dia das pessoas, o presente livro, “Administração: Estudos organizacionais e sociedade 4” apresenta uma coletânea diversificada de estudos teóricos e empíricos por meio de uma abordagem de pesquisadores *insiders* e *outsiders* ao campo epistemológico da Administração.

Esta obra apresenta uma rica agenda de análises que valorizam a riqueza empírica da realidade administrativa em sua concretude, valorizando no trabalho de campo a construção de reflexões e novos conhecimentos que podem eventualmente corroborar para o avanço das fronteiras científicas, sem um necessário comprometimento com paradigmas teóricos.

Estruturado em 19 capítulos, este livro, traz relevantes debates ao pensamento administrativo, os quais são diretamente relacionados ao binômio Estado / Empresa, por meio da apresentação de uma série de estudos que valorizam a análise empírica dos subcampos da Administração Pública e da Administração Financeira.

Anatureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens quali-quantitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos administrativos com base na realidade de organizações públicas e privadas.

Recomendada para um conjunto diversificado de leitores, esta obra apresenta a realidade prática da administração em organizações públicas e privadas por meio de capítulos redigidos por meio de uma didática e fluída linguagem que valoriza a troca de experiências e o rigor teórico-conceitual e dos modelos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

MISTÉRIOS DA GESTÃO PÚBLICA: GESTÃO ESTRATÉGICA – O CASO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Aslei Andrade da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103111>

### **CAPÍTULO 2..... 19**

GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICAS NA GESTÃO MUNICIPAL

Airton Pereira da Silva Leão

Randal Silva Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103112>

### **CAPÍTULO 3..... 35**

REFLEXÕES SOBRE A CRISE ÉTICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE: DO PROBLEMA À BUSCA DE SOLUÇÕES

Pedro José Zualo

Domicio Moisés Guambe

Benedito Jaime Monjane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103113>

### **CAPÍTULO 4..... 50**

AUTOCOMPOSIÇÃO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS: O CASO DO NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Paulo Rogério dos Santos Bezerra

Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz

Marcus Aurélio de Freitas Barros

Karina de Oliveira Costa Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103114>

### **CAPÍTULO 5..... 62**

SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO: UM ESTUDO COM OS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

Eduardo Dias Leite

João de Araújo Guimarães Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103115>

### **CAPÍTULO 6..... 77**

BALANÇO DOS INDICADORES SOCIAIS E DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO MARANHÃO E SEUS REFLEXOS

Vilma Moraes Heluy

Luís Manuel Borges Gouveia

João Augusto Ramos e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103116>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>91</b>
METODOLOGIAS ATIVAS: UMA NOVA PROPOSTA DE ENSINO Lincoln Tutida  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103117">https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103117</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>103</b>
TOWARDS AN OPTIMAL MODEL OF EDUCATIONAL LEADERSHIP Tulio Barrios Bulling  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103118">https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103118</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>122</b>
A SUPERVISÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: O CASO DA CENTRO DE ENSINO À DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE Simone Mura Adérito Gomes Barbosa  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103119">https://doi.org/10.22533/at.ed.6042103119</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>139</b>
RESPONSABILIDADE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO IFRS CAMPUS BENTO GONÇALVES Giovana Bianchini Onorato Jonas Fagherazzi Joaquim Rauber Cláudia Soave Leane Maria Filipeto  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031110">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031110</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>152</b>
PRODUÇÃO MAIS LIMPA APLICADA A UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO: EFICIÊNCIA, ECONOMIA E INOVAÇÃO. Suzana Carneiro de Oliveira Theresa Cristina da Silva Cavalcanti Juliana Cavalcanti de Lorenzi Charles Silva dos Santos  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031111">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031111</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>164</b>
GASTOS HOSPITALARIOS DERIVADOS DE LA MALA COLOCACIÓN DE CATÉTER TENCKHOFF Martin Eduardo Avendaño Mejia  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031112">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031112</a>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>170</b>
IMPACTO DA ADESÃO A NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO	
Letícia de Souza Vilanova	
Fernanda Mosseline Josende Coan	
Paulo José Korbes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031113">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031113</a>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>191</b>
IMPORTÂNCIA DA CULTURA DE COMPLIANCE NO COMBATE A FRAUDES E LAVAGEM DE DINHEIRO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL	
Marcela Lobo Francisco	
Celso Luiz Moreira Pieroni	
Karine Silva Santos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031114">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031114</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>207</b>
CONFLITOS DE AGÊNCIA ENTRE ACIONISTAS CONTROLADORES E MINORITÁRIOS NA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS	
Cleiton Ricardo Kuronuma	
George André Willrich Sales	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031115">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031115</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>226</b>
ANÁLISE DA POLÍTICA DE DIVIDENDOS: UMA APLICAÇÃO DE REGRESSÃO QUANTÍLICA	
Jéferson Rodrigo Ströher	
Igor Alexandre Clemente de Moraes	
Eric Fernando Boeck Daza	
Luiz Alberto Mangoni	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031116">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031116</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>246</b>
ESTRATEGIA DE FINANCIAMIENTO DEL SISTEMA DE PENSIONES EN MÉXICO	
Gabriela López Martínez	
Conrado Aguilar Cruz	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031117">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031117</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>259</b>
FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM REFLEXO DA SITUAÇÃO DO CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - MG NOS CAMPEONATOS E A PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS TORCEDORES CRUZEIRENSES NOS JOGOS REALIZADOS NO ESTÁDIO MINEIRÃO EM 2019	
Gustavo Samuel Cunha	
Wanessa Letícia de Oliveira Miranda	
Gustavo Rodrigues Cunha	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031118">https://doi.org/10.22533/at.ed.60421031118</a>	

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>272</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>273</b>

## GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICAS NA GESTÃO MUNICIPAL

*Data de aceite:* 25/10/2021

*Data da submissão:* 23/08/2021

**Airton Pereira da Silva Leão**

Faculdade Vale do Aço – FAVALE, Açailândia  
– Ma

<http://lattes.cnpq.br/6150619293428871>

**Randal Silva Gomes**

<https://orcid.org/0000-0001-6498-8650>

**RESUMO:** A Análise das Demonstrações Contábeis e a verificação dos indicadores econômicos e financeiros proporcionam aos gestores públicos projeções das tendências futuras, pois permitem constatar a real situação do orçamento financeiro por um determinado período de tempo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a gestão pública do município de São Luís – MA, por meio do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial dos anos de 2016, 2017 e 2018. Sendo assim, essa pesquisa classifica-se como exploratório-descritiva apresentando uma análise quantitativa e qualitativa, a partir de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os resultados obtidos demonstram um equilíbrio no orçamento do município, foi detectado um declínio financeiro no ano de 2017, já quanto sua situação patrimonial, encontra-se estável. Assim, através destes resultados o gestor público poderá exercer uma gestão de maior qualidade desenvolvendo políticas públicas que visam o melhor para a população.

**PALAVRAS - CHAVE:** Indicadores Econômicos. Análise de Balanços. Demonstrações Contábeis.

**FINANCIAL MANAGEMENT IN THE PUBLIC SECTOR: AN ANALYSIS OF ECONOMIC INDICATORS IN MUNICIPAL MANAGEMENT**

**ABSTRACT:** The Analysis of the Financial Statements and the verification of the economic and financial indicators provide public managers with projections of future trends, as they allow to verify the real situation of the financial budget for a certain period of time. The present work aims to analyze the public management of the municipality of São Luís - MA, through the Budgetary Balance, Financial Balance and Balance Sheet for the years 2016, 2017 and 2018. Therefore, this research is classified as exploratory-descriptive presenting a quantitative and qualitative analysis, based on documentary research, bibliographic research and case study. The results obtained demonstrate a balance in the municipality's budget, a financial decline was detected in the year 2017, since its equity situation is stable. Thus, through these results the public manager will be able to exercise a higher quality management by developing public policies that aim the best for the population.

**KEYWORDS:** Economic indicators. Balance Sheet Analysis. Accounting statements.

### 1 | INTRODUÇÃO

Os índices econômicos financeiros são utilizados para análise financeira, pois possibilitam aos gestores públicos um melhor gerenciamento do sistema orçamentário, já

que os indicadores têm como função medir o desempenho da gestão. Os indicadores econômico-financeiros refletem os resultados da gestão por um determinado período de tempo, demonstrando sua situação naquele momento, os gestores precisam avaliar os índices obtidos pela análise das demonstrações contábeis, pois estes servem para mostrar o que está bem e o que precisa ser melhorado. Busca-se neste trabalho responder o seguinte problema: Como os indicadores econômicos financeiros contribuem para avaliar o desempenho da gestão pública do município de São Luís – MA, sob a ótica da análise de balanços? Desse modo, a verificação da situação econômico-financeira detalhada é indispensável para o bom gerenciamento.

Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a gestão pública do município de São Luís – MA, por meio da análise do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial dos anos de 2016, 2017 e 2018, como objetivos específicos: a quantificação dos índices econômicos e financeiros, análises e interpretação das demonstrações contábeis e financeiras e traçar um perfil da gestão pública dos três exercícios analisados. Para alcance dos objetivos, foram utilizadas as pesquisas exploratória e descritiva para identificar o problema, suas características e comparar os quocientes por um determinado período de tempo, através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, mostrando todos os fatores que contribuíram para determinação dos fatos e processos abordados, analisando a 3 ocorrência dos fenômenos. Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca explicar o porquê das coisas, demonstrando o que convém ser feito, trabalhando com o universo de significados, motivos, valores e atitudes, enquanto a pesquisa quantitativa descreve a complexidade de um determinado problema, analisa, compreende, classifica e quantificam modalidades de coletas de informações.

Quanto aos procedimentos, foi realizada revisão bibliográfica, com a contribuição de autores sobre contabilidade pública, análise de demonstrações contábeis e análise de índices das demonstrações do setor público, aliada à pesquisa documental e ao estudo de caso, utilizando os dados dos demonstrativos contábeis do município objeto de estudo. Esta pesquisa se torna relevante, pois contribui para que os gestores públicos apliquem corretamente os recursos públicos com foco no bem-estar social, o administrador público utiliza as informações financeiras com a finalidade de garantir a eficácia na aplicação destes recursos. Com a análise dos índices é possível fazer projeções e obter conhecimento acerca da saúde econômica e financeira do órgão público, uma vez que os indicadores espelham a real situação do sistema orçamentário, ao realizar comparações de exercícios sucessivos e com outras entidades públicas, possibilitando traçar um perfil da gestão atual. A pesquisa se justifica por mostrar os dados obtidos através de análises, destacando pontos comuns e diferentes entre os resultados da análise das entidades públicas.

## 21 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade pública é uma ciência à disposição dos gestores públicos e da sociedade para o controle, gerenciamento e fiscalização das ações governamentais do patrimônio público. De acordo com Haddad e Mota (2012, p.63):

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC 16.1 (CFC, 2012, p.07) define:

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Os órgãos públicos não possuem como objetivo o lucro, porém, eles adquirem direitos e possuem obrigações além de comprarem, construir e produzirem, ou seja, eles realizam várias operações contábeis que vão desde o financeiro a variação de seu patrimônio, estes ainda praticam atos administrativos em relação aos elementos que compõem seus bens, direitos e obrigações, como por exemplo, os convênios, as concessões e os contratos. A Contabilidade Pública é a responsável por acompanhar a evolução do patrimônio, através do orçamento, elemento principal do setor público, já que esta ciência verifica a execução da arrecadação das receitas e a realização das despesas, o orçamento é característica fundamental do setor público. Assim fica evidente que a Contabilidade Pública estuda, registra e demonstra: “O orçamento, os atos administrativos e o patrimônio público e suas variações”. (HADDAD e MOTA 2012, p. 63).

As funções da Contabilidade Pública são regidas pelo Art. 78 do Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 78. O acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização.

§ 1º Em cada unidade responsável pela administração de créditos proceder-se-á

sempre à contabilização destes.

§ 2º A contabilidade sintética ministerial caberá à Inspetoria Geral de Finanças.

§ 3º A contabilidade geral caberá à Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da

Fazenda.

§ 4º Atendidas as conveniências do serviço, um único órgão de contabilidade analítica

poderá encarregar-se da contabilização para várias unidades operacionais do mesmo

ou de vários Ministérios.

§ 5º Os documentos relativos à escrituração dos atos da receita e despesa ficarão

arquivados no órgão de contabilidade analítica e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira e, bem

assim, dos agentes incumbidos do controle externo, de competência do Tribunal de

Contas.

**A análise das demonstrações contábeis do setor público é o estudo da variação patrimonial e do orçamento, que através do levantamento de dados consistentes se propõe com base nas demonstrações mostrar a execução das ações públicas. Desde os primórdios da civilização houve a necessidade de analisar, verificar e controlar patrimônios, muitos estudiosos acreditam que a análise das demonstrações contábeis é tão remota quanto à própria contabilidade.**

**De acordo com Ludícibus (2012, p.05):**

Existe um conjunto de informações e conhecimentos básicos necessários para um entendimento mais profundo das vantagens e limitações da análise de balanços. Um dos fatores mais importantes é entender as premissas básicas contábeis que determinam a forma pela qual os próprios demonstrativos objetos de análise são levantados ou produzidos. São os denominados Princípios de Contabilidade.

**As Demonstrações Contábeis do Setor Público são fundamentadas com base na Lei 4320/64, nos Art. 83 ao Art. 89 que dispõem sobre o objetivo da Contabilidade Pública:**

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Art. 84. Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento

da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 86. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

Art. 87. Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública for parte.

Art. 88. Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

Na análise das demonstrações contábeis do setor público o objetivo é gerar informações para ajudar o gestor na tomada de decisão, essas informações são confiáveis e facilitam compreensão dos elementos contábeis pelos usuários. Os dados gerados pela análise, é realizada por meio de indicadores financeiros, os quais são instrumentos que proporcionam aos gestores públicos e a sociedade os resultados ganhos num determinado período. Se obtém também, por meios dos indicadores, sinais de descumprimentos de disposições legais por parte do administrador público, como por exemplo, os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, esta demonstra a transparência das contas públicas estando pautada pela legislação.

## 2.1 Índices do Balanço Orçamentário

a) Equilíbrio Orçamentário: Neste índice relaciona a despesa fixada e receita prevista. É representada pela fórmula:  $\text{Despesa Fixada/Receita prevista}$ . Índice menor que 1 significa ouve uma economia nos recursos já na fase de elaboração do orçamento;

b) Execução da Receita: Demonstra a relação da receita executada e receita prevista. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Executada/Receita Prevista}$ . Índice maior que 1 significa que se obteve uma receita executada maior do que a prevista, com uma alta da arrecadação do que orçado;

c) Execução de Despesa: Índice obtido através da despesa executada e despesa fixada. É representado pela fórmula:  $\text{Despesa Executada/Despesa Fixada}$ . Resultado maior que 1 indica que se teve despesas ocorridas sem a devida autorização legal.

## 2.2 Índices do Balanço Financeiro

a) Resultado Orçamentário: Obtido através da receita realizada e a despesa executada. É representado pela fórmula:  $\text{Receita Realizada/Despesa Executada}$ . Este índice demonstra a existência do superávit déficit orçamentário, índice igual a 1 indica que existe um equilíbrio orçamentário que seria o ideal;

b) Execução Orçamentária: Encontrado através da receita orçamentária e despesa

orçamentária. É representado pela fórmula: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária. Demonstra o quanto das despesas orçamentárias é pago com recursos da receita orçamentária;

c) Financeiro Real da Execução Orçamentária: Encontrado pela relação entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária paga. É representado pela fórmula: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária paga. O resultado desse índice é considerado normal se igual a 1. Se maior que 1 é considerado bom, menor que 1 deve-se fazer uma avaliação mais rigorosa;

d) Execução Orçamentária Corrente: Obtém-se pela receita corrente e despesa corrente. É representado pela fórmula: Receita Corrente/Despesa Corrente. Indica o quanto do total das despesas correntes foi pago com recursos oriundos de receitas correntes. Índice igual a 1 significa equilíbrio corrente;

e) Execução Orçamentária de Capital: Obtém-se pela receita de capital e despesa de capital. É representado pela fórmula: Receita de Capital/Despesa de Capital. Índice igual a 1, a receita de capital recebida no exercício é igual ao montante das despesas de Capital realizadas no exercício, representa equilíbrio orçamentário de capital, índice maior que 1 a receita de capital recebida é maior do que a despesa de capital realizada, índice menor que 1 tem-se um déficit de capital, o total das receitas de capital é menor do que o total das despesas de capital;

f) Execução Extra Orçamentária: Demonstra a relação entre a receita extra orçamentária e a despesa extra orçamentária. É representado pela fórmula: Receita Extra Orçamentária/Despesa Extra Orçamentária. Índice maior que 1 indica dívida fluante;

g) Resultado da Execução Financeira: Demonstrado através da soma das receitas orçamentárias e extra orçamentárias e a soma das despesas orçamentárias e extra orçamentárias. É representado pela fórmula: Receita Orçamentária + Receita Extra Orçamentária/Despesa Orçamentária + Despesa Extra Orçamentária. É por meio deste indicador que se analisa o resultado do balanço financeiro;

h) Resultado dos Saldos Financeiros: É a relação entre o saldo do exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. É representado pela fórmula: Saldo que Passa para o Exercício Seguinte/Saldo do Exercício Anterior. Índice igual a 1 temos um superávit financeiro, menor que 1 temos a indicação de movimentação financeira de origem extra orçamentária.

### **2.3 Índices do Balanço Patrimonial**

a) Situação Financeira: Obtido por meio do ativo financeiro e passivo financeiro. É representado pela fórmula: Ativo Financeiro/Passivo Financeiro. Se o resultado for maior que 1 tem-se um superávit financeiro, ou seja, total de recursos financeiros superam as obrigações financeiras. Se for menor que 1 tem-se um déficit financeiro, na medida que a soma das disponibilidades mais direitos realizáveis é menor que o total obrigações

financeiras;

b) Situação Permanente: Obtido por meio do ativo permanente e passivo permanente. É representado pela fórmula:  $\text{Ativo Permanente} / \text{Passivo Permanente}$ . Índice maior que 1 indica que a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo superam as dívidas de longo prazo, se o resultado do índice for menor que 1 as dívidas superam a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo;

c) Resultado Patrimonial: Encontrado através da relação entre a soma do ativo real e a soma do passivo real. É representado pela fórmula:  $\text{Soma do Ativo Real} / \text{Soma do Passivo Real}$ . Resultado for igual a 1 temos equilíbrio patrimonial.

### 3 | METODOLOGIA

Neste trabalho foram utilizadas, quanto aos objetivos, as pesquisas exploratória e descritiva, analisando os demonstrativos contábeis dos exercícios de 2016 a 2018 do Município de São Luís – MA e, quanto à abordagem do problema, a pesquisa qualitativa em relação à análise e interpretação dos indicadores e a pesquisa quantitativa, que busca a relação causa efeito entre os fenômenos, descrevendo a complexidade de um determinado problema.

Na operacionalização da pesquisa, adotou-se a pesquisa documental através dos demonstrativos contábeis da prefeitura analisada, a pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002) e o estudo de caso na prefeitura de São Luís – MA.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 55), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Gil (2008, p. 76), afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Os dados foram coletados por meio das demonstrações disponibilizadas na internet e analisados com aplicação dos indicadores nas demonstrações públicas.

O resultado é evidenciado através de índices, os quais demonstram a situação econômica e financeira da administração pública no período objeto de estudo. O município de São Luís - MA foi escolhido por ser a capital do Estado do Maranhão, fundada em 08 de setembro de 1612, com população estimada em 1.094.667 habitantes (IBGE, 2018), caracterizada como porto fluvial e marítimo desempenha um importante papel na economia do país, devido à instalação do Porto de Itaqui um dos maiores em amplitude de maré do Brasil o que nos permite mais agilidade na escoação de produtos, conseqüentemente, temse um crescimento populacional e uma maior geração de riquezas. Em relação aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, a escolha considerou os períodos recentes e disponíveis

no portal da transparência.

#### 4 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados os demonstrativos Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de São Luís - MA dos anos de 2016, 2017 e 2018 e calculados seus índices econômico-financeiros dos respectivos anos.

MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS						
	2018		2017		2016	
	Previsão	Executadas	Previsão	Executadas	Previsão	Executadas
<b>Receitas</b>						
<b>Rec. Correntes</b>	<b>3.047.355.779,94</b>	<b>2.787.125.319,23</b>	<b>2.724.590.966,45</b>	<b>2.602.531.889,91</b>	<b>2.713.524.403,29</b>	<b>2.586.686.104,24</b>
Receita Tributária	839.585.312,00	519.644.494,20	707.884.741,87	682.484.727,94	732.625.234,23	618.948.211,61
Rec. de Contribuição	254.610.191,00	212.583.828,95	265.052.366,32	233.518.294,44	239.795.958,00	222.119.901,52
Rec. Patrimonial	60.803.039,00	27.835.093,72	48.568.007,19	32.140.960,84	38.676.269,00	54.295.674,67
Rec. de Serviços	397.073,00	87.900,17	432.492,03	208.460,10	220.013,00	286.781,36
Transf. Correntes	1.803.145.703,31	1.998.090.074,35	1.613.629.856,34	1.613.798.968,85	1.628.926.980,18	1.589.865.773,24
Outras Rec. Cor.	88.814.461,63	28.883.927,84	89.023.502,70	40.380.477,74	73.279.948,88	101.169.761,84
Rec. de Capital	73.773.317,00	16.803.014,86	105.592.297,26	7.742.088,95	131.837.717,64	60.410.572,90
Oper. de Crédito	50.743.780,00	12.790.433,27	49.035.973,57	7.112.547,29	91.623.479,64	56.723.289,89
Alienação de Bens	-	111.735,15	-	1.416,66	42.482,00	-
Transf. Capital	23.029.537,00	3.900.846,44	56.556.323,69	628.125,00	40.171.756,00	3.687.283,01
<b>Déficit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.562.232,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>3.121.129.096,94</b>	<b>2.803.928.334,09</b>	<b>2.860.745.496,20</b>	<b>2.610.273.978,86</b>	<b>2.845.362.120,93</b>	<b>2.647.096.677,14</b>
<b>Despesas</b>						
<b>Des. Correntes</b>	<b>2.748.369.705,69</b>	<b>2.615.399.879,52</b>	<b>2.577.817.720,35</b>	<b>2.398.670.981,87</b>	<b>2.464.873.248,69</b>	<b>2.403.940.466,47</b>
Des. Pessoal e Encar. Sociais	1.596.168.895,82	1.523.231.039,56	1.596.981.700,65	1.501.537.924,79	1.447.032.242,92	1.497.124.524,37
Juros e Enca. da Dívida Interna	23.163.269,82	21.177.247,62	19.862.597,91	19.862.597,91	24.023.075,83	18.988.742,47
Outras Desp. Cor.	1.129.037.540,05	1.070.991.592,34	960.973.421,79	877.270.459,17	993.817.929,94	887.827.199,63
<b>Des. de Capital</b>	<b>254.283.874,16</b>	<b>158.080.889,08</b>	<b>235.854.031,57</b>	<b>87.044.416,39</b>	<b>318.602.445,62</b>	<b>200.997.521,57</b>
Investimentos	187.803.143,45	92.630.813,17	235.854.031,57	87.044.416,39	267.628.094,53	154.521.105,62
Inver. Financeiras	-	-	-	-	23.913,12	23.913,12
Amor. da Dívida	66.480.730,71	65.450.075,91	47.073.744,20	46.785.884,40	50.950.437,97	46.452.502,83
Reserva de Cont.	37.801,56	-	-	-	-	-
Res. do RPPS	50.931.519,00	-	-	-	-	-
Superávit	67.506.196,53	30.447.565,49	-	77.772.696,16	61.886.426,62	42.158.689,10
<b>Total</b>	<b>3.121.129.096,94</b>	<b>2.803.928.334,09</b>	<b>2.860.745.496,12</b>	<b>2.610.273.978,82</b>	<b>2.845.362.120,93</b>	<b>2.647.096.677,14</b>

Tabela 1: Balanço Orçamentário

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

MUNICÍPIO DE SÃO LUIS			
	2018	2017	2016
Receita Orçamentária	2.803.928.334,09	2.610.273.978,86	2.647.096.677,14
Transferências Financeiras Recebidas	604.300.935,64	582.358.249,64	530.348.851,66
Recebimentos Extraorçamentários	2.589.819.598,52	1.374.496.274,89	11.299.404.011,36
Saldo do Exercício Anterior	587.417.791,68	635.424.051,30	460.239.306,64
<b>Total</b>	<b>6.585.466.659,93</b>	<b>5.202.552.554,69</b>	<b>14.937.088.846,80</b>
Despesa Orçamentária	2.773.480.768,60	2.532.501.282,70	2.604.937.988,04
Transferências Financeiras Concedidas	703.198.679,38	563.828.406,62	583.278.910,46
Pagamentos Extraorçamentários	2.321.653.087,48	1.518.805.073,69	11.113.447.897,00
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte	787.134.124,47	587.417.791,68	635.424.051,30
<b>Total</b>	<b>6.585.466.659,93</b>	<b>5.202.552.554,69</b>	<b>14.937.088.846,80</b>

Tabela 2: Balanço Financeiro

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

MUNICÍPIO DE SÃO LUIS			
	2018	2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>905.879.559,25</b>	<b>674.049.967,09</b>	<b>693.244.017,00</b>
Caixa e Equivalente de Caixas	438.973.888,27	293.023.890,58	490.259.313,03
Credito Tributário a Receber	36.121.767,61	31.599.998,42	-
Demais Créditos e Valores Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	37.273.112,12	28.021.639,91	39.601.752,47
	383.538,52	339.012,27	289.022,04
Outros Créditos e Valores	36.889.573,60	27.682.627,64	39.312.730,43
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>930.017.078,03</b>	<b>823.082.234,97</b>	<b>1.017.421.704,89</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	345.108.636,88	220.677.352,90	302.530.975,34
Pessoal a pagar	236.428.368,69	145.279.046,55	262.559.746,44
Encargos Sociais a Pagar	108.680.268,19	75.398.306,35	39.971.228,90
Empréstimos e Financiamentos	84.939.605,23	51.220.717,45	34.664.439,60
Fornecedores e Contas a pagar	269.743.958,15	331.949.007,08	505.976.501,90
Obrigações Fiscais	41.413,26	58.236,21	7.715,86
Demais Obrigações	230.183.464,51	219.176.921,33	174.242.072,19
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>871.114.399,36</b>	<b>868.425.169,96</b>	<b>766.757.785,62</b>
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	589.124.666,42	565.227.451,29	497.399.150,98
Fornecedores a Longo Prazo	21.372.049,30	41.810.689,71	61.423.156,67
Provisões a Longo Prazo	261.207.746,52	261.207.746,52	207.926.209,70
Demais Obrigações a Longo Prazo	(590.062,88)	179.282,44	9.268,27
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.796.278.598,16</b>	<b>2.632.817.154,79</b>	<b>2.168.083.427,10</b>
Patrimônio Social e Capital Social	1.321.254.929,56	1.321.254.929,56	1.324.303.049,58
Reservas de Capital	111.735,15	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>2.474.911.933,45</b>	<b>1.311.562.225,23</b>	<b>843.770.377,52</b>
Resultado do Exercício	1.163.130.871,34	367.140.552,45	473.523.271,10
Resultado do Exercício Anteriores	967.422.085,30	600.281.532,85	126.757.897,60
Ajustes de Exercício Anteriores	344.358.976,91	344.140.139,93	243.489.208,82
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.597.410.075,55</b>	<b>4.324.324.559,72</b>	<b>3.952.262.917,61</b>

ATIVO	2018	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	787.134.124,47	587.417.791,68	635.424.051,30
ATIVO PERMANENTE	4.810.275.951,08	3.736.906.768,04	3.316.838.866,31
PASSIVO	2018	2017	2016
PASSIVO FINANCEIRO	1.060.552.225,70	926.377.038,03	972.673.426,21
PASSIVO PERMANENTE	932.877.902,66	950.517.142,29	952.119.063,30

Tabela 3: Balanço Patrimonial

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

Balanço Orçamentário				
Exercicio		2018	2017	2016
Equilíbrio Orçamentário	DF/RP	1,00	1,00	1,00
Execução da Receita	RE/RP	0,90	0,91	0,93
Execução de Despesa	DE/DF	0,90	0,91	0,93
Balanço Financeiro				
Exercicio		2018	2017	2016
Resultado Orçamentário	RE/DE	1,00	1,00	1,00
Execução Orçamentária	RO/DO	1,01	1,03	1,02
Financeiro Real da Execução Orçamentária	RO/DO paga	1,00	1,00	1,00
Execução Orçamentária Corrente	RC/DC	1,07	1,08	1,08
Execução Orçamentária de Capital	R Capital/D Capital	0,11	0,09	0,30
Execução Extra Orçamentária	REOrç. /DEOrç.	1,12	0,90	1,02
Resultado da Execução Financeira	RO + REOrç. / DO + DEOrç.	1,06	0,98	1,02
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo Exérc. Seguinte / Saldo Exérc. Anterior	1,34	0,92	1,38
Balanço Patrimonial				
Exercicio		2018	2017	2016
Situação Financeira	AF/PF	0,74	0,63	0,65
Situação Permanente	AP/PP	5,16	3,93	3,48
Resultado Patrimonial	A Real/ Soma P Real	2,81	2,30	2,05

Tabela 4: Indicadores Econômico Financeiro

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São Luís – MA.

#### 4.1 Análise do Balanço Orçamentário

Os índices calculados do balanço orçamentário demonstram o equilíbrio orçamentário previsto e o executado das despesas e receitas orçamentárias. Avaliando os resultados dos índices conforme tabela 4 tem-se:

O índice Equilíbrio Orçamentário é igual a 1 demonstra que a despesa fixada foi igual a receita prevista para todos os anos, não havendo abertura de créditos adicionais. Pode-se observar que as receitas previstas foram suficientes para realização das despesas fixadas em todos os anos, neste período foi constatado uma situação de equilíbrio orçamentário.

No índice Execução da Receita foi inferior a 1 em todos os anos, demonstrando que

a receita arrecadada foi inferior em relação a prevista, portanto, percebe-se que em todos os anos o índice está próximo a 1 evidenciando um equilíbrio do que se estimou arrecadar. Este indica a quantidade da receita prevista realizado no exercício.

Quanto ao índice Execução da Despesa que evidencia o quanto de despesa fixada para o exercício foi realizada, assim como a execução da receita este foi inferior a 1 em todos os anos, significando uma economia orçamentária, já que não se teve uma execução da totalidade das despesas previstas e autorizadas. O gráfico 1 abaixo demonstra o equilíbrio orçamentário do município de São Luís em todos os anos estudados.

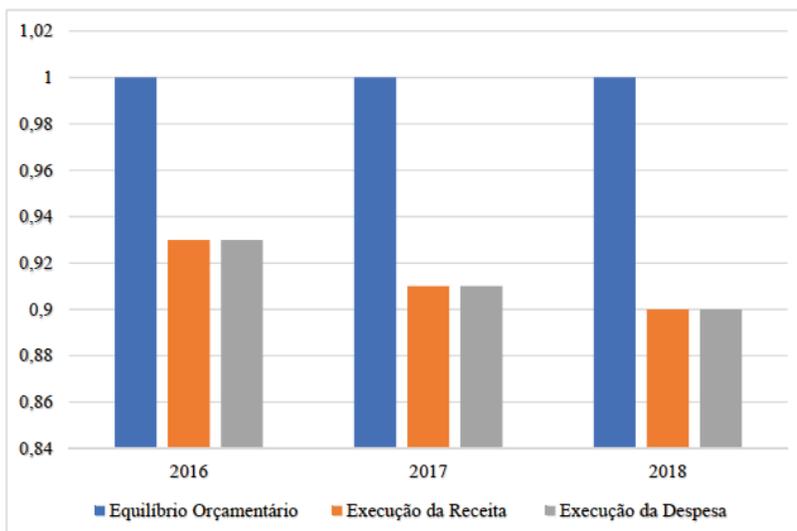


Gráfico 1: Índices do Balanço Orçamentário

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4.2 Análise do Balanço Financeiro

No Resultado Orçamentário é obtido pela receita executada e despesa executada o índice para os três anos foram iguais a 1, o qual se refere a um resultado orçamentário em equilíbrio, onde as despesas foram executadas na mesma proporção em que as receitas foram arrecadadas.

Na figura 4, contém os questionários apresentados e com opções de marcar mais de uma resposta, os dados apresentados são o quantitativo de respostas com sua porcentagem em relação a um total de 100 pessoas. Pode-se evidenciar que os usuários optam pelo sistema PEGE devido a sua praticidade na economia de papel e sustentabilidade, pois auxiliar na conservação do meio ambiente.

A Execução Orçamentária indica o quanto das despesas orçamentárias foram pagas com recursos da receita orçamentária, o quociente deste índice foi superior a 1 em todos

os anos, indicando um superávit orçamentário já que a receita orçamentária foi maior que a despesa orçamentária. O Índice Financeiro Real da Execução Orçamentária indica o resultado orçamentário e financeiro, pois verifica qual parte da receita orçamentária recebida foi utilizada para pagamento das despesas orçamentárias, o quociente foi igual a 1 para todos os anos, significa que as receitas orçamentárias foram iguais as despesas.

Assim como o Resultado Orçamentário desmontou um equilíbrio nos anos verificados, o Índice Financeiro Real também demonstrou um equilíbrio financeiro nas contas públicas do município analisado. Na análise da Execução Orçamentária Corrente obteve-se índice superior a 1, evidenciando um superávit, já que se observa que as receitas correntes são mais que as despesas correntes, assim se verifica que as receitas correntes arrecadadas foram suficientes para a execução das despesas de capital, mostrando-se como um ponto positivo para o resultado financeiro do município. Conforme o gráfico 2 abaixo pode-se evidenciar um superávit em todos os anos analisados.

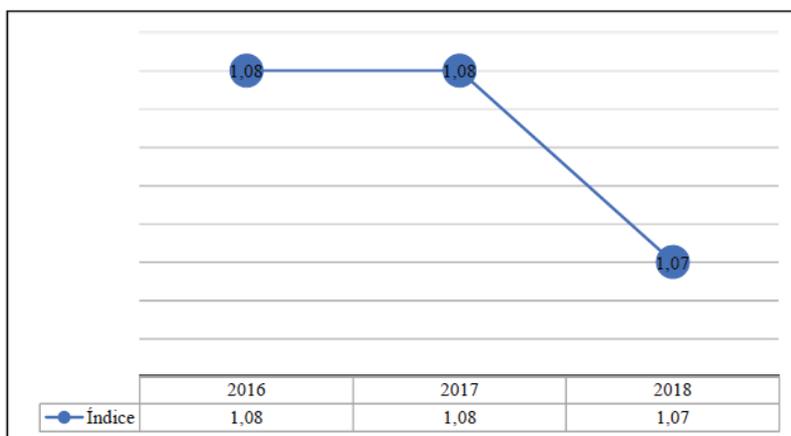


Gráfico 2: Execução Orçamentária Corrente

Fonte: Elaborado pelo autor.

O índice Execução Orçamentária de Capital foi menor que 1 para todos os anos, demonstrando uma situação favorável do município, pois os excedentes de despesas de capital foram pagos com receitas correntes, considerando que receita de capital são oriundas da redução patrimonial, através da venda de bens ou aumento da dívida pública, por meio de operações de crédito. O Gráfico 3 abaixo mostra que com o decorrer dos anos tivemos um declínio desse quociente. Quanto ao índice Execução Extra Orçamentária, foi evidenciado que nos anos de 2018 e 2016 o índice foi maior que 1, apenas para o ano de 2017 representou índice abaixo, este resultado indica que nos anos em que o índice foi superior a 1 ouve um aumento da dívida flutuante, ou seja, as dívidas a curto prazo do município.

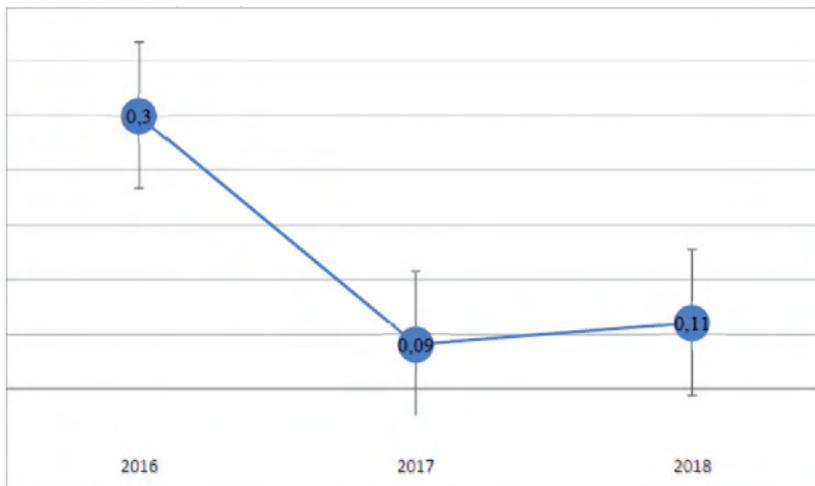


Gráfico 3: Execução Orçamentária Capital

Fonte: Elaborado pelo autor.

O índice Resultado da Execução Financeira seguiu a mesma linha do índice execução extra orçamentária com os anos de 2016 e 2018 superior a 1 e o ano de 2017 inferior. Nos anos de 2016 e 2018, o índice indica que o total das receitas orçamentárias e extra orçamentárias superaram as despesas, já para o ano de 2017 observa-se um início de déficit financeiro. Para o índice Resultado dos Saldos Financeiros tem-se também índices superiores a 1 para os anos de 2018 e 2016 e índice menor que 1 para o ano de 2017, nos anos em que o índice foi superior mostra um superávit financeiro com o aumento do saldo disponível em relação ao exercício anterior, já para o ano de 2017 em que o índice é menor, indica que se teve movimentação financeira dos recursos extra orçamentária.

### 4.3 Análise do Balanço Patrimonial

Na análise do índice Situação Financeira percebe-se uma situação desfavorável para a prefeitura com déficit para todos os anos analisados, conforme o gráfico 4, todos os índices foram inferior a 1. O ano de 2017 foi o mais crítico, pois para cada R\$ 1,00 em obrigações a prefeitura tinha disponível R\$ 0,63, apresentando um cenário de déficit financeiro no município. Quanto ao índice Situação Permanente que demonstra a situação financeira a longo prazo, detectou-se uma situação patrimonial positiva para todos os anos com índice superior a 1, indicando que a soma de seus bens, crédito e valores a longo prazo superam suas dívidas a longo prazo.

No índice Resultado Patrimonial a análise se obteve índice superior a 1 em todos os anos, assim tem-se que a soma dos bens e direitos do município é superior a totalidade de suas obrigações, mostrando um município em equilíbrio quando se observa sua totalidade, o gráfico 4 demonstra esta situação em comparação com os outros índices do Balanço

Patrimonial.

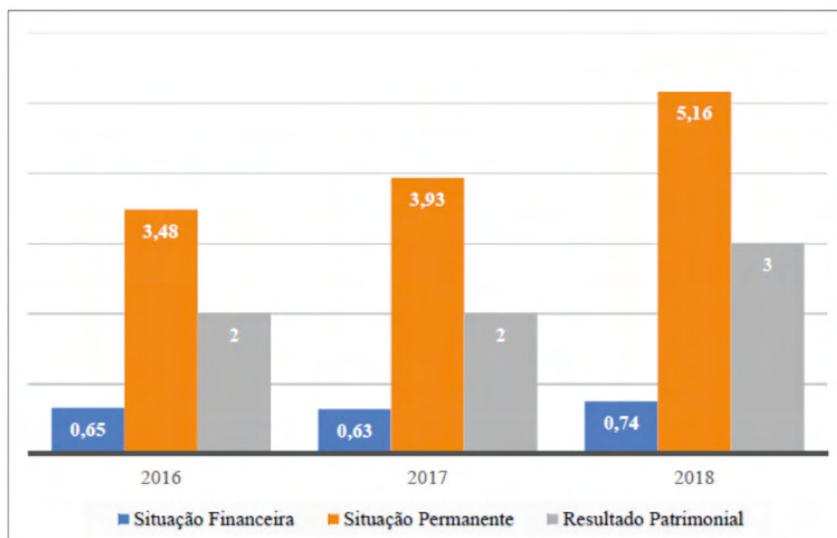


Gráfico 4: Índice do Balanço Patrimonial

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a gestão pública, a partir da avaliação dos indicadores econômicos financeiros apurados pela análise das demonstrações contábeis, adotando-se diversos indicadores com o intuito de fazer uma análise ampla e detalhada. Foi realizada uma análise documental, onde se apurou os índices dos indicadores econômicos financeiros da Prefeitura Municipal de São Luís – MA, utilizando o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial do período de 2016, 2017 e 2018. Com os resultados da análise foi possível evidenciar que o Município de São Luís apresenta um equilíbrio orçamentário, considerando as receitas realizadas e as despesas executadas, durante todo o período considerado.

Verificou-se também uma insuficiência na arrecadação em todos os anos, por outro lado a execução de suas despesas não chegaram a uma totalidade fazendo uma compensação em relação a arrecadação. O que ficou evidenciado com a análise é que os índices do Balanço Orçamentário se encontram em situação de equilíbrio para o município. Em relação a análise do Balanço Financeiro, verificou-se um déficit em 2017 e um superávit para os anos de 2016 e 2018, com um aumento no saldo disponível para estes anos e, em 2017, o município não obteve entradas suficientes para cobrir todas as suas obrigações.

Já a análise do Balanço Patrimonial mostrou que o município tem um déficit quanto

às disponibilidades a curto prazo, a soma de seus bens e direitos são menores que suas obrigações; quando a análise é ao longo prazo, o município já demonstra uma estabilidade de seu patrimônio representado por saldo patrimonial positivo. No geral os indicadores patrimoniais demonstram um equilíbrio com a situação permanente positiva compensando assim a situação financeira a curto prazo.

Todas estas informações buscam auxiliar na tomada de decisões dos gestores, pois os indicadores são mecanismos de avaliação de gestão. Desta forma, os resultados encontrados neste trabalho servem como instrumentos de técnica de gestão para a administração pública do município, assim os gestores poderão desenvolver políticas públicas mais eficientes, com o foco no bem-estar social, e proporcionar a sociedade uma administração com contas transparentes, possibilitando acesso às informações relacionadas à gestão e aplicação dos recursos públicos. Assim, recomenda-se que este trabalho de análise seja recorrente, para estudos futuros, sugere-se uma maior abrangência das demonstrações do município e um comparativo com outros municípios.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BRASIL. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0200.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4320, de 17 de janeiro de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 05 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 14 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outra providência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/del0200.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Normas brasileiras de contabilidade. Contabilidade aplicada ao Setor Público: NBC T 16.1 a NBC T 16.11. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <[http://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Setor\\_Público.pdf](http://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Setor_Público.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

COSTA, Claudivan da Silva. Análise das demonstrações contábeis no setor público: avaliação de indicadores financeiros e de solvência. Contabilidade Pública - Unisul Virtual, 2018.

FERNANDES, Alice Munz et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: análise bibliométrica. Desafio Online, v. 6, n. 1, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade pública. Florianópolis: Departamento de Ciência e Administração UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. Balanços público: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESENDE, Erilma Carmo da Silva; GOMES, José Batista; LEROY, Rodrigo Silva Diniz. Análise de balanços na contabilidade pública do município de Rio Paranaíba–MG. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia. ISSN 2237-1664, n. 14, p. 175-197, 2016. SÃO LUÍS. Transparência. Disponível em: <<http://transparencia.saoluis.ma.gov.br.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acionista 175, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 232, 234, 235  
Ações 1, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 15, 16, 21, 22, 40, 50, 51, 53, 58, 59, 88, 96, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 193, 195, 196, 197, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 221, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 243, 244, 245, 261

AÇÕES 137, 139, 144

Administração 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 23, 25, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 60, 61, 63, 75, 76, 77, 78, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 98, 100, 101, 102, 122, 125, 126, 156, 163, 173, 174, 191, 194, 196, 198, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 222, 223, 224, 225, 229, 231, 234, 243, 244, 245, 260, 272

Agência 200, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 222, 224, 230, 234, 242

Aprendizagem 5, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 136

Autocomposição 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60

### B

Balanco 19, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 77

Bolsa de valores 171, 177, 187, 244

Brasil 1, 2, 25, 33, 52, 55, 59, 60, 62, 68, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 92, 98, 137, 140, 141, 142, 143, 151, 156, 163, 173, 181, 183, 184, 185, 188, 191, 193, 194, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 225, 227, 231, 232, 243, 244, 245, 259, 263, 264, 265, 266, 268, 269

### C

Compliance 191, 192, 193, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Comportamento 35, 39, 40, 41, 43, 46, 66, 76, 97, 127, 207, 209, 213, 224, 242, 260, 261, 263, 264, 269

Conflitos 14, 40, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 173, 207, 208, 211, 213, 214, 215, 224, 230

Contabilidade 20, 21, 22, 23, 33, 34, 172, 173, 189, 196, 205, 206, 222, 223, 224, 225, 243, 245

Controles internos 9, 10, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Corrupção 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 89, 193, 194, 195, 201, 203, 204, 205

Covid-19 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151

## **D**

Demonstrações Contábeis 20, 22, 23, 32, 33, 34, 222

Desenvolvimento Humano 77, 78, 83, 90, 126

DETRAN 62, 63, 68, 69

Dividendos 175, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 241, 242, 243, 244, 245

## **E**

Educação 45, 46, 47, 48, 50, 58, 59, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 90, 92, 93, 96, 101, 102, 103, 122, 123, 125, 126, 127, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 151, 194, 270, 272

Efeito Clientela 229, 230, 242

Empresas 2, 4, 6, 7, 8, 44, 48, 57, 65, 89, 102, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 200, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 243, 244, 245, 263, 272

Ensino 47, 55, 76, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161

Escolaridade 68, 77, 78, 81, 83, 88

Ética 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 95, 96, 98, 140, 151, 165, 195, 197, 198, 201, 203

Experiência 1, 2, 3, 4, 11, 14, 15, 17, 91, 96, 100, 101, 126, 128, 130, 133, 143

## **F**

Finanças 21, 22, 33, 57, 88, 147, 189, 205, 206, 222, 223, 224, 225, 227, 243, 244, 245, 259, 260, 261, 262, 269, 270

Fraudes 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 204

Futebol 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270

## **G**

Gestão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 32, 33, 34, 35, 39, 48, 50, 51, 55, 63, 69, 75, 76, 78, 103, 122, 123, 125, 126, 128, 131, 136, 144, 145, 147, 151, 152, 155, 156, 162, 163, 172, 173, 174, 195, 200, 203, 205, 206, 209, 210, 230, 244, 245, 263, 264, 272

Governança corporativa 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 184, 187, 188, 189, 190, 213, 222, 224, 230, 244

## H

Hospital 146, 147, 149, 164, 165, 169

## I

Indicadores Econômicos 19, 20, 32

Inovação 33, 93, 102, 136, 137, 152, 155, 194, 269, 272

Instituições Financeiras 191, 192, 193, 196, 202, 206

## L

Lavagem de dinheiro 191, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

## M

Mercado 44, 79, 80, 87, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 196, 197, 203, 208, 210, 211, 213, 222, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 236, 245, 262, 269

Metodologias ativas 91, 92, 93, 96, 97, 101, 102

Ministério Público 42, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 146

Motivação 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 101, 209, 227

## O

Organização 1, 5, 6, 8, 11, 14, 15, 16, 17, 33, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 63, 64, 65, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 78, 136, 139, 140, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 170, 172, 173, 174, 178, 185, 191, 192, 194, 196, 197, 198, 207, 209, 212, 213, 260

## P

Pandemia 57, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 149, 150

Payout 214, 223, 226, 227, 228, 232, 233, 234, 236, 242, 243, 245

Políticas Públicas 19, 33, 45, 77, 78, 194

Produção mais limpa 152, 154, 155, 156, 161, 162, 163

## R

Regressão quantílica 226, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 245

Responsabilidade Social 139, 140, 144, 145, 148, 150, 151

Riscos 2, 9, 10, 66, 146, 148, 153, 154, 191, 192, 195, 196, 197, 202, 203, 204, 205

## S

Satisfação 42, 50, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 97, 100, 148

Serviço Público 13, 35, 36, 48, 162

Servidores 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44,

45, 46, 47, 55, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 89, 141, 146, 147, 148, 149, 151, 156

Setor Público 19, 20, 21, 22, 23, 33, 36, 42, 44, 45

Simulação Empresarial 91, 97, 98

Sociedade 16, 17, 21, 23, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 54, 58, 79, 92, 93, 95, 103, 136, 139, 141, 143, 144, 145, 148, 150, 153, 184, 195, 197, 204, 208, 213, 263, 270, 271, 272

Supervisão educacional 122, 124, 126, 127, 129, 133, 134

## **T**

Torcedor 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270

Trabalho 2, 7, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 25, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 45, 51, 56, 59, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 97, 99, 101, 102, 103, 123, 126, 127, 131, 140, 143, 147, 148, 149, 154, 156, 160, 172, 178, 188, 191, 192, 201, 202, 204, 205, 207, 209, 216, 219, 226, 227, 230, 234, 242, 243, 261

## **V**

Valor 40, 64, 65, 83, 139, 154, 161, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 199, 201, 202, 206, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 228, 229, 230, 232, 236, 237, 238, 239, 243, 259, 260, 263

# AD MI NIS TRA ÇÃO:

4

**Estudos organizacionais e sociedade**

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# AD MI NIS TRA ÇÃO:

4

**Estudos organizacionais e sociedade**

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atena  
Editora

Ano 2021